



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO/AL**

ATO Nº. 137/GP/TRT19ª, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

Suspende audiências, prazos processuais, intimações e sessões de julgamento no âmbito do TRT da 19ª Região, durante o período de 20.12.2021 a 20.1.2022.

**O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 62 da Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, bem como nos art. 214 e 220 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução CNJ n.º 244, de 12 de setembro de 2016, que dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão de prazos processuais;

**CONSIDERANDO** a conveniência e oportunidade para que, no período de 7 a 20.1.2022, as unidades judiciárias de primeiro e segundo graus realizem inspeção no sentido de regularizar pendências por ventura existentes nas secretarias e gabinetes,

**RESOLVE:**

Art.1º Ficam suspensos, no período de 20.12.2021 a 20.01.2022, os prazos processuais, as intimações, as audiências e sessões de julgamento nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho da 19ª Região, salvo os casos reputados urgentes, a critério da autoridade judiciária competente.

§ 1º Durante o período de 7 a 20.1.2022, os advogados, que assim desejarem, poderão ter vista dos processos em secretaria, tomar ciência de despachos, decisões, sentenças e acórdãos prolatados, bem como retirar os autos em carga e obter cópias que entenderem necessárias. Nessa hipótese, serão considerados intimados dos atos até então realizados, iniciando-se no dia 21.1.2022 a contagem do prazo por ventura existente.

§ 2º. Passado o período de recesso forense (20.12.2021 a 6.1.2022), enquanto perdurar o prazo de suspensão disposto no caput deste artigo, as unidades judiciárias de primeiro e segundo graus realizarão inspeção, a fim de verificar possíveis pendências nas secretarias e gabinetes, com envio de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas à Corregedoria Regional, no caso das unidades de primeiro grau, e à Presidência, no caso das unidades de 2º grau, até 31.1.2022.



**PODERJUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇADOTRABALHO**  
**TRIBUNALREGIONALDOTRABALHODADÉCIMANONAREGIÃO/AL**

**ATO Nº. 137/GP/TRT19ª, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021**

§ 3º Deverão as unidades judiciárias de primeiro grau, não obstante a suspensão dos prazos e procedimentos aqui tratados, priorizar uso de ferramentas de pesquisa patrimonial, bem como adotar procedimentos visando à diminuição do congestionamento na fase de execução.

Art. 2º Os prazos processuais que porventura devam iniciar-se ou completar-se no período de suspensão de que trata o artigo 1º deste ato, ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, nos termos dispostos no artigo 224, § 1º do Código de Processo Civil.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

Art.4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e

Publique-se.

**Original assinado**  
**JOSÉ MARCELO VIEIRA DE ARAÚJO**  
Desembargador-Presidente

Publicado no D.E.J.T. e B.I. n.º 12, de 17/12/2021.